

SEMINÁRIO

“ INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS EM SÃO PAULO ”

dias 19 e 20 de março de 2008
São Paulo

Os membros da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, Organizações Não Governamentais, Assessorias Técnicas, Técnicos de Poder Público, e outras Lideranças Sociais, reunidas nos dias 19 e 20 de março de 2008, no Seminário sobre a Integração das Políticas Habitacionais em São Paulo, diante da grave necessidade habitacional no Estado, e da necessidade de somar e integrar esforços para solução desses problemas se comprometem a:

1 – Lutar por planos municipais, estadual e nacional de habitação, articulados com planos de saneamento, com planos de mobilidade, transporte e os planos diretores, que atendam as famílias com renda até 5 salários mínimos, priorizando as famílias até 3 salários mínimos, e em especial as pessoas idosas, mulheres e pessoas com deficiência;

2- Defender que os Planos de Habitação se transformem em instrumentos legais, de modo a obrigar os gestores públicos a cumprí-los, através de metas e orçamentos concretos;

3- Exigir processos ágeis de aprovação de projetos e comissões unificadas, criando uma aprovação expedita no âmbito dos municípios, garantindo um acesso mais rápido à moradia digna;

4- Exigir a limitação de repasse de recursos federais para os municípios ou os estados que dificultem ou não criem mecanismos ágeis de aprovação de projetos de Habitação de Interesse Social - HIS;

5- Exigir a vinculação e a garantia da demanda nos empreendimentos de HIS realizados em imóveis públicos ou privados, indicados pelos Movimentos Moradia;

6- Lutar por um banco ou um cadastro de terras, vinculados aos Conselhos ou as Associações, em âmbito estadual, municipal e federal, que priorize HIS e demanda futura dos movimentos de moradia;

7- Defender o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor como instrumentos de acesso à terra e à moradia digna;

8- Lutar por programas de Assistências Técnicas e pela antecipação de recursos para pagamento dos projetos de HIS, de modo a fortalecer as Assessorias dos Movimentos de Moradia,

9- Pressionar os parlamentos e defender os Projetos de Leis do Deputado Federal Zezéu Ribeiro e do Deputado Estadual Mário Reali, que garantem o direito universal à Assistência Técnica;

10 – Assumir a defesa das Assessorias Técnicas como parceiras dos Movimentos de Moradia, de forma a garantir a autonomia e qualidade dos projetos autogestionários;

11 – Intensificar a capacitação dos Movimentos no que se refere a documentação das Associações e a aprovação de Projetos, nos processos de seleções e licitações públicas, organizando espaços de orientação às Entidades Populares.

12 – Exigir a articulação e a integração entre as instâncias governamentais para enfrentar de forma integrada e com mais eficiência a problemática habitacional.

São Paulo, 20 de março de 2008.



Apoio:

